



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003303-51.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **TIAGO COSTA MENDONÇA DA SILVA**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou manter linha telefônica junto à ré na modalidade conhecida como "pré-paga".

Alegou ainda que mesmo assim a ré emitiu faturas relativas a tal linha, inserindo-a no plano "Vivo Controle Ilimitado" sem que tivesse firmado contratação dessa natureza.

A ré em genérica contestação não refutou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor.

Diante da negativa deste quanto à contratação dos serviços no plano indicado nas faturas de fls. 02/03 ("Vivo Controle Ilimitado"), tocava a ela a comprovação a esse propósito, seja em face da regra do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, seja porque seria inexigível do autor a comprovação de fato negativo.

Tinha a ré, portanto, o dever de demonstrar o ajuste com o autor sobre o aludido plano de telefonia, mas ela não se desincumbiu desse ônus porque não amealhou sequer um indício que levasse à ideia de sua existência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em consequência, impõe-se a conclusão de que não tinha a ré lastro à emissão das faturas questionadas, além de ser inexigível o débito nelas cristalizados.

Já o restabelecimento do funcionamento da linha em apreço é igualmente de rigor, porquanto não tinha o autor a obrigação de quitar as mencionadas faturas.

Não se apontou, por fim, uma razão que fosse a justificar a suspensão desse funcionamento.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade dos débitos representados pelas faturas indicadas a fl. 01 e colacionadas a fls. 02/03.

Torno definitiva a decisão de fls. 07/08, item 1, com a ressalva de que por ora deixo de fixar multa para o seu eventual descumprimento e de que isso sucederá oportunamente, se necessário.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**